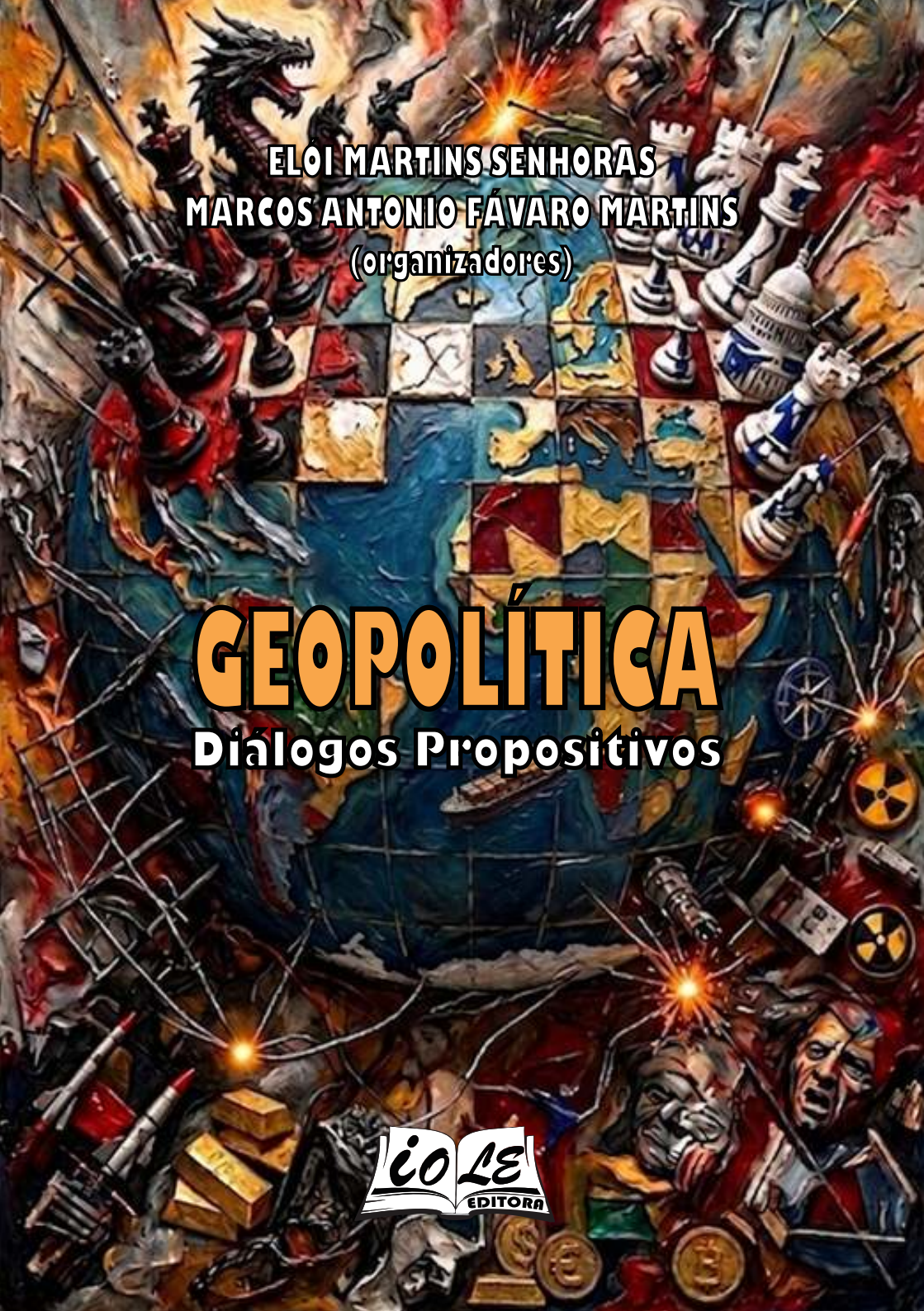
ELOI MARTINS SENHORAS
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
(organizadores)

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos



EDITORA

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos

GEOPOLÍTICA

Diálogos Propositivos

ELÓI MARTINS SENHORAS
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se72 SENHORAS, Elói Martins; MARTINS, Marcos Antonio Fávaro (organizadores).

Geopolítica: Diálogos Propositivos. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-8-7

1 - Estudos de Caso. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 1

A Doutrina Trump e a
Nova Geopolítica dos Recursos: Uma Análise da
Intervenção na Venezuela sob a Ótica do Petrodólar

A DOUTRINA TRUMP E A NOVA GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS: UMA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO NA VENEZUELA SOB A ÓTICA DO PETRODÓLAR

Marcos Freitas Pereira[1]

Nos primeiros dias de janeiro de 2026, a comunidade internacional foi surpreendida por uma escalada dramática na crise venezuelana, culminando em uma operação militar liderada pelos Estados Unidos que, segundo pronunciamentos públicos disponíveis à época, resultou na captura do presidente Nicolás Maduro e na posse interina da vice-presidente Delcy Rodríguez, mantendo-se com isso o mesmo governo anterior, sem o presidente Maduro. Este evento, de proporções geopolíticas significativas, reacende o debate sobre os motivos e as justificativas para intervenções externas em Estados soberanos, especialmente quando envolvem potências globais e nações ricas em recursos naturais.

A interpretação inicial de muitos analistas e veículos de imprensa rapidamente convergiu para a tese do "petrodólar", sugerindo que a intervenção seria uma resposta direta à tentativa da Venezuela de desdolarizar suas transações petrolíferas, ameaçando a hegemonia financeira estadunidense. Contudo, este artigo argumenta que tal explicação, embora contenha elementos de verdade, é excessivamente simplista e monocausal. Propõe-se que a intervenção na Venezuela deve ser compreendida dentro de um arcabouço teórico mais complexo, que integra a Doutrina Trump, a reativação da Doutrina Monroe e uma visão estratégica da

[1] Doutorando em Turismo pela Universidad Iberoamericana (IBERO), México. E-mail para contato: marcos@hmsconsultoria.com.br

geopolítica dos recursos, onde o petróleo é apenas um dos múltiplos fatores em jogo.

O problema de pesquisa central deste artigo é: Quais são os múltiplos fatores geopolíticos e doutrinários que explicam a intervenção dos Estados Unidos na Venezuela em janeiro de 2026, para além da perspectiva exclusiva do petrodólar?

O objetivo geral é analisar a intervenção dos Estados Unidos na Venezuela sob a ótica da Doutrina Trump e da geopolítica dos recursos, questionando a suficiência da explicação baseada no petrodólar. Para tanto, os objetivos específicos incluem:

(a) contextualizar a Doutrina Trump e a reativação da Doutrina Monroe como pilares da política externa estadunidense;

(b) examinar o papel da geopolítica dos recursos naturais e do petrodólar na estratégia de poder global;

(c) comparar a intervenção venezuelana com precedentes históricos como Iraque e Líbia;

(d) discutir as implicações regionais e globais do evento.

A hipótese provisória que guia essa investigação é que a intervenção na Venezuela, embora influenciada pela questão do petrodólar, é primariamente um reflexo da Doutrina Trump, que, ao reativar princípios da Doutrina Monroe, busca reafirmar a hegemonia estadunidense no hemisfério ocidental e controlar estrategicamente recursos naturais, em um cenário de crescente competição geopolítica.

METODOLOGIA E LIMITAÇÕES DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise de documentos, pronunciamentos oficiais, relatórios de organizações internacionais e cobertura da mídia especializada. A metodologia empregada é a da história do tempo presente, que se dedica à análise de eventos e processos em curso ou recém-ocorridos. Essa abordagem permite uma compreensão imediata das dinâmicas em jogo, mas impõe limitações significativas.

A principal limitação reside na escassez de fontes primárias consolidadas e na ausência de uma distância temporal que permita uma avaliação mais objetiva e completa dos fatos. A análise de eventos tão recentes, como a intervenção de janeiro de 2026, é inerentemente provisória e sujeita a revisões futuras à medida que novas informações emergem e a poeira política assenta. A cobertura midiática, embora essencial para a compreensão inicial, pode ser fragmentada, tendenciosa ou incompleta. Relatórios oficiais e pronunciamentos podem ser estratégicos e não refletir a totalidade dos acontecimentos ou das intenções.

Consequentemente, este artigo se propõe como uma "análise preliminar" ou "notas preliminares", buscando identificar os contornos iniciais de um fenômeno complexo. As conclusões apresentadas são, portanto, provisórias e abertas a futuras investigações e reinterpretações. A utilização de qualificadores como "segundo relatos iniciais", "conforme pronunciamentos públicos disponíveis à época" e a marcação editorial são estratégias para lidar com essa incerteza inerente, garantindo o rigor acadêmico dentro das possibilidades da história do tempo presente.

A DOUTRINA TRUMP E A REATIVAÇÃO DA DOUTRINA MONROE

A política externa dos Estados Unidos sob a administração Trump foi marcada por uma série de rupturas com o multilateralismo e o liberalismo internacional que caracterizaram as décadas pós-Guerra Fria. Essa abordagem, frequentemente resumida pelo *slogan* "America First", não representou um isolacionismo puro, mas sim um unilateralismo assertivo e transacional, com profundas implicações para a geopolítica global e, em particular, para a América Latina.

O Legado da Doutrina Monroe

A Doutrina Monroe, proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe, estabeleceu a América Latina como uma esfera de influência exclusiva dos Estados Unidos, alertando potências europeias contra qualquer tentativa de colonização ou intervenção na região. Ao longo de sua história, a Doutrina Monroe foi interpretada e aplicada de diversas formas, desde uma postura defensiva contra a recolonização até uma justificativa para intervenções militares e políticas diretas, como o "Big Stick" de Theodore Roosevelt e as intervenções na América Central e Caribe (SMITH, 1994).

Após a Guerra Fria, a Doutrina Monroe parecia ter perdido parte de sua relevância explícita, substituída por uma retórica de promoção da democracia e do livre comércio. No entanto, seus princípios subjacentes – a primazia da influência estadunidense no hemisfério e a aversão a potências externas na região – nunca desapareceram completamente. A ascensão de governos de esquerda na América Latina no início do século XXI e a crescente presença

econômica e política da China e da Rússia na região foram percebidas por setores da elite política estadunidense como desafios à hegemonia tradicional, reacendendo o interesse na Doutrina (GRANDIN, 2006).

A Ascensão da Doutrina Trump: "America First" e Unilateralismo

A Doutrina Trump, embora não formalizada em um documento único, pode ser caracterizada por alguns pilares fundamentais:

> (a) o nacionalismo econômico, com foco em acordos comerciais bilaterais e protecionismo;
>
> (b) o ceticismo em relação a alianças e instituições multilaterais, vistas como limitadoras da soberania estadunidense;
>
> (c) uma postura assertiva e, por vezes, beligerante na política externa, priorizando a força e a coerção;
>
> (d) a redefinição de ameaças, com ênfase em imigração, terrorismo e a ascensão de potências rivais (WALT, 2018).

Nesse contexto, a América Latina, e a Venezuela em particular, assumiu um papel central. A administração Trump não hesitou em invocar explicitamente a Doutrina Monroe, como fez o então Secretário de Estado Rex Tillerson em 2018, afirmando que a Doutrina era "tão relevante hoje quanto no dia em que foi escrita" (TILLERSON, 2018). Essa retórica sinalizou uma mudança de paradigma, de uma política de engajamento gradual para uma de confronto direto com regimes considerados hostis ou alinhados a

potências adversárias. A Venezuela, com seu regime socialista, sua riqueza petrolífera e suas relações com a Rússia e a China, tornou-se um alvo prioritário dessa nova abordagem.

A Geopolítica dos Recursos Naturais como Vetor de Poder

A geopolítica dos recursos naturais é um campo de estudo que examina a relação entre a geografia, a distribuição de recursos e o poder político e econômico dos Estados. Recursos como petróleo, gás natural, minerais estratégicos e água são frequentemente vistos como elementos cruciais para a segurança nacional e a projeção de poder (YERGIN, 1991). O controle ou acesso a esses recursos pode ser um motor para conflitos, alianças e intervenções.

No caso da Venezuela, a maior reserva comprovada de petróleo do mundo confere ao país uma importância estratégica inegável. Para os Estados Unidos, a estabilidade do fornecimento global de energia e o acesso a fontes confiáveis são preocupações históricas. A possibilidade de que um regime hostil ou instável controle tais reservas, ou que potências rivais como China e Rússia aumentem sua influência sobre elas, é vista como uma ameaça direta aos interesses de segurança e prosperidade estadunidenses (KLARER, 2019). A intervenção, nesse sentido, pode ser interpretada como uma tentativa de reassegurar o controle sobre uma fonte vital de energia e de impedir que ela seja utilizada para financiar regimes adversários ou fortalecer a posição de competidores geopolíticos.

O Petrodólar e a Hegemonia Financeira Global

O sistema do petrodólar, estabelecido na década de 1970, refere-se ao arranjo pelo qual o petróleo é precificado e

comercializado em dólares americanos no mercado internacional. Esse sistema confere ao dólar um papel central na economia global, criando uma demanda constante pela moeda e permitindo aos Estados Unidos financiar seus déficits comerciais e orçamentários com maior facilidade (HUDSON, 2003). Qualquer ameaça a esse sistema é percebida como uma ameaça à hegemonia financeira e, por extensão, ao poder global dos Estados Unidos.

A Venezuela, sob o governo de Hugo Chávez e, posteriormente, Nicolás Maduro, expressou repetidamente o desejo de desdolarizar suas transações petrolíferas e buscar alternativas monetárias, como o yuan chinês ou o rublo russo, e até mesmo criptomoedas como o Petro. Embora essas iniciativas tenham tido sucesso limitado devido à complexidade do mercado global de energia e à dependência da infraestrutura financeira ocidental, a mera intenção de contornar o petrodólar é vista como um desafio direto à ordem financeira estabelecida. A intervenção, portanto, pode ser interpretada como uma demonstração de força para desencorajar outros países de seguir um caminho semelhante, reafirmando que a hegemonia do dólar não será contestada impunemente. Contudo, é crucial evitar a armadilha da monocausalidade; a questão do petrodólar é um componente da geopolítica dos recursos e da hegemonia, mas não a única força motriz.

PRECEDENTES HISTÓRICOS: IRAQUE E LÍBIA

A análise da intervenção na Venezuela ganha profundidade ao ser comparada com precedentes históricos onde a geopolítica dos recursos e a busca por hegemonia desempenharam papéis cruciais. Os casos do Iraque (2003) e da Líbia (2011) oferecem paralelos instrutivos, embora com suas particularidades.

Iraque: Petróleo, Dívida e a Busca por Estabilidade Regional

A invasão do Iraque em 2003, liderada pelos Estados Unidos, foi oficialmente justificada pela presença de armas de destruição em massa e pela ligação do regime de Saddam Hussein com o terrorismo. No entanto, muitos analistas apontam para o papel central do petróleo iraquiano e da geopolítica regional. O Iraque possuía a segunda maior reserva de petróleo do mundo na época, e a derrubada de Saddam abriu caminho para a reestruturação da indústria petrolífera do país, com a participação de empresas ocidentais (ENGDAHL, 2004).

Além do petróleo, a intervenção no Iraque também pode ser vista como uma tentativa de reconfigurar o equilíbrio de poder no Oriente Médio, enfraquecendo um regime hostil e estabelecendo uma presença militar estratégica na região. A questão do petrodólar também foi levantada, uma vez que Saddam Hussein havia expressado a intenção de vender petróleo em euros, o que, para alguns, representava uma ameaça à hegemonia do dólar (CLARK, 2005). A intervenção, nesse sentido, não foi apenas sobre petróleo, mas sobre o controle estratégico de recursos, a projeção de poder e a manutenção da ordem financeira global.

Líbia: Petróleo, Soberania e a Intervenção Humanitária

A intervenção na Líbia em 2011, liderada pela OTAN com o apoio dos Estados Unidos, foi justificada sob a égide da "responsabilidade de proteger" (R2P), em resposta à repressão violenta do regime de Muammar Gaddafi contra manifestantes. Contudo, a Líbia também é um país rico em petróleo, e Gaddafi havia sido um crítico vocal da hegemonia ocidental e do sistema

financeiro global. Ele propunha a criação de uma moeda panafricana lastreada em ouro, o dinar de ouro, que poderia desafiar o dólar e o euro nas transações comerciais africanas (CHOSSUDOVSKY, 2011).

Embora a narrativa humanitária tenha sido proeminente, a intervenção na Líbia também pode ser interpretada como uma ação para neutralizar um líder imprevisível que ameaçava interesses petrolíferos e financeiros ocidentais. A derrubada de Gaddafi abriu o caminho para a fragmentação do Estado líbio e a competição por seus recursos, com implicações duradouras para a segurança regional. Ambos os casos, Iraque e Líbia, demonstram como a retórica de segurança ou humanitária pode mascarar ou se entrelaçar com interesses geopolíticos mais profundos relacionados ao controle de recursos e à manutenção da ordem econômica global.

O CASO VENEZUELANO: CRISE, SANÇÕES E A INTERVENÇÃO

A Venezuela, nas últimas duas décadas, tem sido palco de uma complexa crise multifacetada, que se aprofundou sob a pressão de sanções internacionais e culminou na intervenção de janeiro de 2026. A compreensão desse cenário exige uma análise detalhada do contexto político-econômico e da cronologia das pressões externas.

A Crise Venezuelana: Contexto Político e Econômico

A crise venezuelana é o resultado de uma combinação de fatores internos e externos. Internamente, a dependência quase

exclusiva do petróleo, a má gestão econômica, a corrupção endêmica e a polarização política extrema levaram a um colapso da produção e da infraestrutura, hiperinflação, escassez de bens básicos e uma crise humanitária sem precedentes (RODRÍGUEZ, 2019). O modelo econômico chavista, baseado em controles estatais e expropriações, falhou em diversificar a economia e em criar um ambiente de prosperidade sustentável.

Politicamente, o regime de Nicolás Maduro foi acusado de autoritarismo, repressão à oposição, fraude eleitoral e desrespeito aos direitos humanos. A Assembleia Nacional, controlada pela oposição, foi esvaziada de poder, e a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 2017 aprofundou a crise institucional. Esse cenário de colapso econômico e autoritarismo político criou um terreno fértil para a intervenção externa, justificada por preocupações humanitárias e pela restauração da democracia.

A Cronologia das Sanções e a Pressão Externa

Desde o governo Obama e intensificadas sob a administração Trump, os Estados Unidos impuseram uma série de sanções econômicas e financeiras contra a Venezuela, visando pressionar o regime de Maduro. Essas sanções incluíram restrições a indivíduos do governo, à PDVSA (a empresa petrolífera estatal), e ao acesso do país aos mercados financeiros internacionais (CRS, 2020). A cronologia dessas sanções é crucial para entender a escalada da pressão, conforme se pode observar no quadro 1, disposto na página seguinte.

Quadro 1 – Cronologia de Eventos-Chave e Sanções contra a Venezuela (2015-2026)

Data	Ação dos EUA	Relação com a Desdolarização
Agosto 2017	**E.O. 13808**: Proíbe transações com nova dívida do governo venezuelano e da PDVSA.	Pouco após o anúncio da precificação do petróleo em yuan.
Março 2018	**E.O. 13827**: Proíbe todas as transações por parte de cidadãos americanos com qualquer moeda digital emitida pelo governo venezuelano.	Resposta direta ao lançamento do Petro.
Janeiro 2019	**E.O. 13850 (ampliada)**: Impõe sanções abrangentes à PDVSA, congelando seus ativos nos EUA e proibindo transações.	Bloqueio efetivo da principal fonte de receita do país.
Janeiro 2026	**Intervenção Militar**: Captura de Nicolás Maduro.	Culminação da política de "pressão máxima".

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Relatórios do Congressional Research Service (CRS); Departamento do Tesouro dos EUA e cobertura da mídia.

As sanções, embora justificadas como ferramentas para restaurar a democracia e aliviar o sofrimento do povo venezuelano, tiveram um impacto devastador na economia do país, agravando a crise humanitária e dificultando a capacidade do governo de Maduro de importar bens essenciais, incluindo alimentos e medicamentos (WEISBROT; SAAVEDRA, 2019). A intervenção de janeiro de 2026, portanto, não surgiu do vácuo, mas foi o ápice de uma longa campanha de pressão econômica e política, que se transformou em ação militar direta em um contexto de reativação da Doutrina Monroe e da Doutrina Trump.

IMPLICAÇÕES REGIONAIS E GLOBAIS

A intervenção dos Estados Unidos na Venezuela em janeiro de 2026 não se limita às fronteiras do país, gerando ondas de choque com profundas implicações para a América Latina e para a ordem geopolítica global. A resposta dos atores regionais e globais, bem como o impacto nas instituições multilaterais, são cruciais para compreender a reconfiguração da dinâmica de poder.

O Papel dos Atores Regionais (Brasil, Colômbia)

A América Latina, tradicionalmente vista como o "quintal" dos Estados Unidos, reagiu de forma complexa à intervenção. Países como o Brasil e a Colômbia, que mantinham governos alinhados aos Estados Unidos e eram críticos ferrenhos do regime de Maduro, expressaram apoio cauteloso ou condenação velada, dependendo de seus interesses e da pressão interna. O Brasil, sob a liderança de um governo progressista, havia historicamente adotado uma postura de não intervenção, mas a retórica anti-Maduro era forte. A Colômbia, vizinha da Venezuela e receptora de milhões de refugiados, via a instabilidade venezuelana como uma ameaça direta à sua segurança nacional (ATLANTIC COUNCIL, 2020).

A intervenção, no entanto, pode ter gerado um dilema para esses países. Por um lado, a derrubada de Maduro poderia ser vista como a eliminação de uma ameaça ideológica e de segurança. Por outro, a forma unilateral da intervenção, sem um mandato claro de organismos regionais como a OEA ou o Grupo de Lima, pode ter gerado preocupações sobre a violação da soberania e o estabelecimento de um precedente perigoso para futuras intervenções na região. A longo prazo, a intervenção pode polarizar

ainda mais a América Latina, fortalecendo sentimentos anti-imperialistas em alguns setores e regimes, e consolidando alianças com potências extrarregionais.

A Resposta dos Atores Globais (China, Rússia)

A China e a Rússia, que estabeleceram laços econômicos e militares significativos com a Venezuela ao longo das últimas décadas, reagiram com forte condenação à intervenção. Ambos os países haviam investido bilhões de dólares em empréstimos, acordos de petróleo e vendas de armas para a Venezuela, e a derrubada de Maduro representa uma perda substancial de influência e investimentos (COHEN, 2019).

A Rússia, em particular, viu a intervenção como uma violação flagrante do direito internacional e uma demonstração da política unilateralista dos EUA. Para Moscou, a Venezuela era um ponto estratégico de projeção de poder no hemisfério ocidental e um parceiro na contestação da hegemonia estadunidense. A China, por sua vez, embora mais focada em seus interesses econômicos, também expressou preocupação com a estabilidade regional e a proteção de seus investimentos. A resposta desses atores globais pode incluir o aumento do apoio a outros regimes considerados hostis aos EUA, a intensificação da retórica anti-intervenção e a busca por novas alianças para contrabalançar o poder estadunidense. A intervenção na Venezuela, portanto, pode ser um catalisador para uma maior competição geopolítica entre as grandes potências.

O Impacto nas Instituições Multilaterais

A intervenção unilateral dos Estados Unidos na Venezuela, sem um mandato do Conselho de Segurança da ONU, representa um

sério golpe para as instituições multilaterais e para o direito internacional. A Carta da ONU proíbe o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, exceto em casos de legítima defesa ou com autorização do Conselho de Segurança. A justificação da intervenção, seja por razões humanitárias ou de segurança nacional, sem o aval multilateral, enfraquece a arquitetura de governança global (KUPCHAN, 2019).

O Conselho de Segurança da ONU, onde a Rússia e a China possuem poder de veto, provavelmente não teria autorizado uma intervenção militar na Venezuela. A ação unilateral dos EUA, portanto, contornou essas instituições, demonstrando um desdém pela ordem baseada em regras. Isso pode levar a um enfraquecimento ainda maior da ONU e de outras organizações regionais, como a OEA, que se mostraram incapazes de resolver a crise venezuelana por meios diplomáticos. O precedente estabelecido pela intervenção pode encorajar outras potências a agir unilateralmente em suas respectivas esferas de influência, minando a estabilidade e a previsibilidade das relações internacionais.

A Reconfiguração da Ordem Geopolítica

A intervenção na Venezuela, vista sob a ótica da Doutrina Trump e da geopolítica dos recursos, sinaliza uma reconfiguração da ordem geopolítica global. Ela reforça a tendência de um mundo multipolar, mas com uma potência hegemônica (EUA) disposta a usar a força para manter sua primazia, especialmente em regiões consideradas estratégicas. A Doutrina Trump, ao reativar a Doutrina Monroe, reafirma a América Latina como uma esfera de influência vital, onde a presença de potências rivais será ativamente contestada.

A busca por controle de recursos, a manutenção da hegemonia do dólar e a contenção de regimes considerados hostis são elementos interligados que moldam essa nova dinâmica. A intervenção na Venezuela pode ser interpretada como um teste de limites para a capacidade dos EUA de impor sua vontade em um cenário de crescente contestação. O resultado dessa intervenção e suas consequências a longo prazo determinarão em grande parte a trajetória das relações internacionais nas próximas décadas, com implicações para a segurança energética, a estabilidade financeira e o equilíbrio de poder entre as grandes potências.

CONCLUSÃO

A intervenção dos Estados Unidos na Venezuela em janeiro de 2026 representa um marco na geopolítica contemporânea, cujas causas e consequências exigem uma análise multifacetada. Este artigo argumentou que, embora a questão do petrodólar e a manutenção da hegemonia financeira estadunidense sejam fatores relevantes, a explicação monocausal é insuficiente. A intervenção é mais bem compreendida como o ápice de uma política externa moldada pela Doutrina Trump, que, ao reativar princípios da Doutrina Monroe, busca reafirmar a primazia dos Estados Unidos no hemisfério ocidental e garantir o controle estratégico sobre recursos naturais.

A Doutrina Trump, com seu unilateralismo e foco em "America First", encontrou na Venezuela um alvo estratégico devido à sua vasta riqueza petrolífera, seu regime socialista e suas alianças com potências rivais como China e Rússia. A comparação com os precedentes históricos do Iraque e da Líbia revelou padrões de intervenção onde a retórica de segurança ou humanitária se entrelaça

com interesses geopolíticos de controle de recursos e manutenção da ordem global.

As implicações da intervenção são vastas e complexas. Regionalmente, ela pode polarizar ainda mais a América Latina e gerar preocupações sobre a soberania. Globalmente, a condenação de China e Rússia sinaliza uma intensificação da competição geopolítica e um enfraquecimento das instituições multilaterais, que foram contornadas pela ação unilateral dos EUA.

É fundamental reiterar que esta análise é preliminar, dada a extrema proximidade temporal dos eventos. A história do tempo presente impõe limitações metodológicas, e as conclusões aqui apresentadas são provisórias, sujeitas a revisões à medida que novas informações e perspectivas emergem. Contudo, a compreensão da intervenção venezuelana como um fenômeno complexo, enraizado em doutrinas de política externa, geopolítica de recursos e a busca por hegemonia, oferece um arcabouço robusto para futuras investigações e para a interpretação dos desafios que a ordem internacional enfrenta no século XXI.

REFERÊNCIAS

ATLANTIC COUNCIL. **Venezuela's Humanitarian Crisis**: A Regional Challenge. Washington: Atlantic Council, 2020.

CHOSSUDOVSKY, M. “The Destabilization of Libya and the Battle for Oil”. **Global Research** [2011]. Available at: <www.researchglobal.ca>. Retrieved in: 05/11/2026.

CLARK, W. R. **Petrodollar Warfare**: Oil, Iraq and the Future of the Dollar. Gabriola Island: New Society Publishers, 2005.

COHEN, A. **Russia and China's Growing Influence in Latin America**. Washington: The Heritage Foundation, 2019.

CRS – Congressional Research Service. **Venezuela**: Overview of U.S. Washington: CRS, 2020.

ENGDAHL, F. W. **A Century of War**: Anglo-American Oil Politics and the New World Order. London: Pluto Press, 2004.

GRANDIN, G. **Empire's Workshop**: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism. London: Metropolitan Books, 2006.

HUDSON, M. **Super Imperialism**: The Origin and Fundamentals of U.S. Washington: Pluto Press, 2003.

KLARER, J. **The Geopolitics of Oil and Gas**. London: Springer.

KUPCHAN, C. A. **Isolationism**: A History of America's Efforts to Shield Itself from the World. Oxford: Oxford University Press, 2019.

RODRÍGUEZ, F. R. "The Economic Collapse of Venezuela: A Diagnosis". **Center for Economic and Policy Research** [2019]. Available at: <www.cepr.org>. Retrieved in: 04/11/2026.

SMITH, G. **The Last Years of the Monroe Doctrine, 1945-1993**. London: Hill and Wang, 1994.

TILLERSON, R. **Remarks on Advancing U.S. Interests in the Western Hemisphere**. Austin: University of Texas at Austin, 2018.

WALT, S. M. **The Hell of Good Intentions**: America's Foreign Policy Elite and the Decline of U.S. Primacy. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

WEISBROT, M.; SAAVEDRA, J. A. “Economic Sanctions on Venezuela: A Collective Punishment”. **Center for Economic and Policy Research** [2019]. Available at: <www.cepr.org>. Retrieved in: 04/11/2026.

YERGIN, D. **The Prize**: The Epic Quest for Oil, Money, and Power. New York: Simon and Schuster, 1991.